

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL LOCAL: IPANGUAÇU-RN

Maria Luiza de Medeiros GALVÃO (1); Deickson Lennon Galvão de SOUZA (2)

(1) IFRN; Av. Sen. Salgado Filho, N°: 1559, Tirol, Natal/RN; email: luiza.galvao@ifrn.edu.br

(2) IFRN; Av. Sen. Salgado Filho, N°: 1559, Tirol, Natal/RN; email: deickson_lennon@hotmail.com

RESUMO

O ponto de partida do presente trabalho foi o estudo iniciado com alunos da Licenciatura em Geografia no IFRN, Campus Natal-Central, para viabilizar a elaboração de uma proposta de desenvolvimento sustentável local para o município de Ipanguaçu-RN. A partir de então assumimos o desafio de ampliar a reflexão iniciada anteriormente, no sentido de conjugar, nesse estudo, os campos teórico/conceitual e prático do desenvolvimento local. Trata-se de um tema essencial a ser estudado e torna-se mais fundamental pela urgência de construção de alternativas de desenvolvimento local frente à globalização econômica em seus múltiplos efeitos territoriais. O avanço do capital oligopolista no campo de Ipanguaçu-RN vem propiciando sérios problemas socioambientais no campo e na cidade. O conhecimento dos problemas por meio da pesquisa científica torna-se então indispensável em nosso recorte espacial.

Palavras-chave: desenvolvimento sustentável, desenvolvimento local, Ipanguaçu

1 INTRODUÇÃO

Ipanguaçu, no Vale do Açu, região Central do Rio Grande do Norte está situado entre os paralelos 5°29 s e os meridianos 36°51 W, tem uma área de 374 km² e população estimada de 14.000 habitantes (2009). Integra a Mesorregião Central Potiguar e concentra a maior extensão de terras férteis de todo o Vale e maior potencial para irrigação.

A região do Vale do Açu é de clima semiárido com precipitação média em torno de 500 mm anuais. As temperaturas variam de 33°C (máxima) a 21°C (mínima) e a insolação/ano de aproximadamente 2.400 horas. No que diz respeito à formação vegetal, predomina a caatinga hiperxerófila, além da mata ciliar com carnaúba, a qual originalmente ocorre nas ribeiras mais úmidas, importantíssima para a extração da sua cera, atividade extrativa que muito contribuiu para desenvolver a economia de todo o Vale.

Ipanguaçu encontra-se totalmente inserido nos domínios da bacia hidrográfica Piranhas-Açu, a mais importante do Estado por concentrar a maior área de terras irrigadas no Sertão Potiguar. Com 100% do território municipal localizado na referida bacia hidrográfica, se beneficia das águas dos rios Pataxós e Açu, perenizados desde a década de 1980 pelo projeto de construção da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, o maior reservatório de água do Semi-árido potiguar.

Predominam em Ipanguaçu os solos aluviais e os latossolos. Os solos aluviais são de fertilidade natural alta, dispostos em terras rebaixadas, com altitude inferior a 100m, o que facilita a sua exploração e garante os potenciais agrícolas do seu território, com expressivo desenvolvimento da fruticultura irrigada exportadora. A bananicultura tem grande expressão e é de domínio do Monopólio Internacional Del Monte Produce Company. Quanto aos latossolos estes apresentam limitações para uso agrícola, porém são tradicionalmente muito aproveitados nos períodos úmidos pelas culturas de ciclo curto, como feijão, milho, melancia e mandioca.

A água em Ipanguaçu sempre teve um significado importante para as famílias que organizam a unidade produtiva (lavouras de subsistência, casas, áreas de pastagem) em função da sua distribuição. Desde o final do século XIX (1815), período de instalação das primeiras fazendas de gado, a agricultura ocupou as terras férteis e os produtos alimentares obtidos dela ao longo do tempo foram comercializados em tradicionais feiras livres locais. Essa dinâmica foi responsável pela geração de renda e garantia da compra de mantimentos para as famílias rurais.

No semiárido, e de modo, geral as atividades com maior necessidade de água sempre se desenvolveram próximas das barragens e dos rios e envolveram as comunidades de tal modo a admitirmos que o conhecimento da natureza e os métodos tradicionais da agricultura se inserem na concepção e construção coletiva do desenvolvimento sustentável.

O conhecimento das condições edafoclimáticas e o longo tempo que o agricultor passa em contato com a terra aproximam a comunidade com o ambiente de tal maneira que o desenvolvimento sustentável os valida como alternativa de preservação e manutenção dos recursos naturais e da sustentabilidade em suas várias dimensões. Em Ipanguaçu, a inserção do capital monopolista em suas férteis terras e o uso indiscriminado dos recursos naturais tem invalidado a relação homem/natureza e comprometido negativamente o desenvolvimento local, além de descartar o saber ambiental da comunidade, tão precioso, pois valoriza o conjunto de saberes sem pretensão de cientificidade (Leff, 2003, p. 125).

O grande capital e a moderna agricultura desconsideram os saberes tradicionais e o conhecimento acumulado pelas comunidades rurais sobre a natureza. Não promovem o diálogo entre o saber da tradição e o saber científico, fundamentais para a sustentabilidade em suas dimensões. Transformam o campo no lugar de acolhimento do capital e mudam a composição orgânica da atividade agrícola e da vida do território ao obrigá-lo a adotar novos processos técnicos (Santos 1986).

A entrada do capital multinacional no campo de Ipanguaçu provocou profundas transformações socioeconômicas e ambientais, intensificadas pelo contexto de globalização, que se configura no cenário mundial. O seu campo se tornou muito vulnerável ao capital na medida em que o transformou em “cozinha local” determinando o que ele deve oferecer ao mundo nas condições que ele pede, submetendo-o as exigências do global em detrimento do local (Santos 1986).

Tomando como base Ipanguaçu, considerando-o como lócus para se estudar desenvolvimento sustentável local o objetivo principal do estudo é elaborar uma proposta de desenvolvimento local sustentável para Ipanguaçu-RN, sendo para tanto necessário a leitura e discussão teórica sobre o assunto em foco e a problemática socioeconômica e ambiental que ora repousa sobre o espaço estudado. Por meio de uma abordagem quantitativa o estudo possibilita o levantamento dos dados demográficos e indicadores socioeconômicos do município.

O artigo em tela discute a relação do município de Ipanguaçu com o capital multinacional em seu território, procurando dialeticamente evidenciar as dificuldades do desenvolvimento sustentável local frente à atuação da maior empresa agroexportadora do ramo de bananicultura em suas mais férteis terras. Na sequência, discute conceitualmente desenvolvimento sustentável como saída para as comunidades locais submetidas à exploração. Em seguida apresenta e analisa resultados da pesquisa quantitativa e conclui parcialmente com algumas considerações finais.

2 IPANGUAÇU/RN E O GRANDE CAPITAL

A atuação da maior empresa frutífera de caráter oligopolístico do segmento de bananicultura mundial, no município de Ipanguaçu-RN, tem inserido a comunidade local num processo de globalização desigual e excludente, ao se beneficiar de grande abertura do território municipal ao capital externo, o qual tem se beneficiado da força de trabalho e do consumo dos recursos naturais.

Ipanguaçu vem registrando grandes transformações em sua paisagem, a partir da década de 1980, principalmente em seu espaço rural, o qual de um lado teve exorbitante valorização das suas terras e do outro declínio da atividade de subsistência. Notadamente, tais transformações vêm contribuindo para o aumento das desigualdades: tem aumentado o ritmo da migração campo-cidade e reduzido a participação da riqueza local. Além disso, há duas décadas o município convive com destruição de vegetação para ampliação das áreas produtivas. Este quadro vem distanciando seus moradores do processo de desenvolvimento, mas possibilitando estudiosos e pesquisadores a se apropriarem dos problemas, com vistas à elaboração de planos de desenvolvimento sustentável local.

O desenvolvimento sustentável local vem sendo apontado pelos especialistas como a saída para os grupos locais conviverem com os mais poderosos, os quais cada vez mais impõem novas condições da globalização à sociedade local ao utilizarem suas potencialidades. A abertura dos grupos locais às exigências feitas pelo processo de globalização pode determinar a implantação de um programa mínimo adequado de desenvolvimento sustentável. Neste sentido, torna-se importante a elaboração de projetos, contendo os

ingredientes necessários para tornar as comunidades locais mais atentas e aptas para agir de maneira coletiva ao unirem atividade econômica, meio ambiente e bem-estar social.

Em Ipanguaçu, o desenvolvimento sustentável tem se tornado cada vez mais distante dos seus moradores, pois a lógica que domina seu território é a da globalização econômica, gerenciada pela maior corporação multinacional, Del Monte Fresh Produce Company, a qual desenvolve suas atividades ligadas à bananicultura de forma verticalizada. Sob a marca Del Monte, a empresa integra, mundialmente, comerciantes e distribuidores de frutas e, no que toca a Ipanguaçu, explora com cultivo de bananas as suas melhores terras.

Com o crescimento da fruticultura irrigada na última década do século passado e aumento das exportações de bananas produzidas em Ipanguaçu à produção agrícola local foi sendo reduzida, os trabalhadores incorporados ao processo modernizador assalariado, suas terras aproveitadas segundo a lógica racionalista do capital e seus recursos naturais cada vez mais explorados pela atividade produtiva global. Cabe aqui ressaltar que é essa a tendência atual dos lugares se unirem verticalmente e tudo é feito para isso, em toda parte (Santos, 2008, p. 143).

A atuação da multinacional revela o seu descompromisso socioambiental com os moradores e tem dificultado o desenvolvimento local. No dizer de Santos, (2008, p. 48) Cada um dos subespaços é submetido a uma série de impactos de natureza diversa, que o diferencia dos demais, mas sua explicação deve ser buscada numa dinâmica global que é a mesma para todos. Daí depreendermos que a logística da bananicultura em Ipanguaçu é de exclusão dos seus moradores e a inclusão dos seus recursos. Para Leff, (2003, p. 43), a racionalidade desterrou a natureza e a cultura da produção, dando lugar a um desenvolvimento das forças produtivas fundadas no domínio da ciência e da tecnologia.

3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SABER LOCAL

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente em Estocolmo¹, em 1972 foi palco da primeira grande discussão sobre desenvolvimento sustentável, porém o Relatório de Brundtland² em 1987 deu relevo à sustentabilidade como estratégia de desenvolvimento. Conceitualmente o termo sustentável ganhou uma amplitude maior com a realização da Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1992, sediada na cidade do Rio de Janeiro.

Também conhecida como Conferência da terra serviu de reafirmação dos compromissos de 1972, através da Agenda 21, seu principal documento, contendo o programa estratégico universal para o desenvolvimento a ser alcançado no século XXI. Seus promotores propuseram o desenvolvimento sustentável a partir do desenvolvimento econômico, considerando-o a base do desenvolvimento humano, desde que indissociáveis da conservação dos recursos naturais e de um compartilhar equitativo dos recursos (Sato/Carvalho, 2005, p. 37). Sua viabilidade deve-se dar por meio do poder público local ao definir as políticas ambientais, regulamentar e fiscalizar o uso dos recursos (agenda 21, cap. 28).

Para o projeto capitalista vigente o desenvolvimento sustentável é inalcançável e a natureza terá de se ajustar às necessidades de produção capitalista, tendo em vista a contínua necessidade de se produzir para atender a população do planeta que tende a crescer cada vez mais. A busca de alternativas de exploração dos recursos naturais com menor impacto tem sido deixada de lado e cada vez mais o meio ambiente sofre agressões em nome do desenvolvimento custe o que custar. Nesse sentido Leff, 2003, p. 36, escreve:

Este campo discursivo da sustentabilidade não surge como o desenvolvimento de uma essência, mas como efeito de um limite: e da racionalidade econômica, científica e instrumental que objetiva o mundo e domina a natureza. [...] que impulsiona as posições diferenciadas pela apropriação da natureza (do mundo) no campo conflitivo do desenvolvimento sustentável.

¹ Declara que o homem é, a um tempo, resultado e artífice do meio que o circunda, o qual lhe dá o sustento material e o brinda com a oportunidade de desenvolver-se intelectual, moral, social e espiritualmente.

² Relatório que tem por base o princípio de que o ser humano devia gastar os recursos naturais de acordo com a capacidade de renovação desses recursos, para evitar o seu esgotamento.

Nas últimas três décadas, o meio ambiente tornou-se ao mesmo tempo temática e preocupação crescente da sociedade organizada, que em escalas geográficas diversas tem sido apresentada, debatida e alertado as populações sobre a crise ambiental por meio de todos os veículos de comunicação. Tais preocupações são decorrentes das transformações rápidas e intensas provocadas pelo homem sobre o espaço geográfico e tem sido determinantes na tomada de decisões que possibilitem perspectivas concretas de soluções dos problemas de natureza socioambiental. Como tomar decisões concretas frente às necessidades de produção segundo o mercado? Para compreendermos buscamos em Leff, 2003, p. 42 a seguinte afirmação:

O conceito de mercado (da mão invisível que governa os intercâmbios mercantis) generalizou-se, construindo um mundo a sua imagem e semelhança. O mercado move e constrói um mundo globalizado e ao mesmo tempo se insere em nossa epiderme, em cada poro de nossas sensibilidades, de nossa razão e de nossos sentidos.

O conceito de desenvolvimento sustentável entende o desenvolvimento como progresso humano em todos os seus aspectos e Sachs, 2002 ao se debruçar sobre o conceito utilizando o tripé indissociável econômico, social e ambiental, constatou sua incompletude ao estabelecer as suas dimensões e interconexões. Sachs, 2002, p. 71.

[...] a sustentabilidade social; - um corolário: a sustentabilidade cultural; - a sustentabilidade do meio ambiente; - outro corolário: distribuição territorial equilibrada de assentamentos humanos e atividades; - a sustentabilidade econômica aparece como uma necessidade, mas em hipótese alguma é condição prévia para as anteriores, uma vez que um transtorno econômico traz consigo o transtorno social, que, por seu lado, obstrui a sustentabilidade ambiental; - sustentabilidade política; - sustentabilidade do sistema internacional para manter a paz.

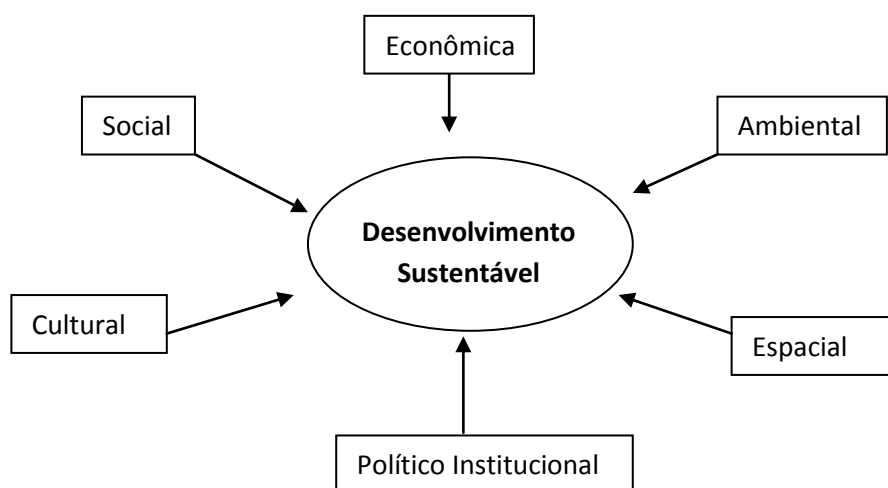


Figura 1 – Dimensões do desenvolvimento sustentável

A preocupação com o desenvolvimento sustentável é planetário e representa a possibilidade de garantir mudanças sociopolíticas que não comprometam os sistemas ecológicos e sociais que sustentam as comunidades. Urge dizer que isso não tem acontecido, pois as decisões hegemônicas econômicas anulam as possibilidades de a sociedade mudar esse quadro e no dizer de Santos, 2005, p. 168:

A ordem trazida pelos vetores da hegemonia cria, localmente, desordem, não apenas porque conduz a mudanças funcionais e estruturais, mas, sobretudo, porque essa ordem não é portadora de um sentido, já que seu objetivo – o mercado global- é uma auto-referência, sua finalidade sendo o próprio mercado global.

Verificou-se nessa reflexão que temos de um lado as forças hegemônicas explorando os mais diversos territórios, com vistas a atender o mercado mundial e do outro o desenvolvimento sustentável defendendo

um desenvolvimento harmônico e articulado entre os mercados interno e externo e para reforçar essa compreensão interpretamos o dizer de Santos, (2005, p. 139), o território é o mesmo para os dois atores, o que torna possível o acontecer solidário entre pessoas e lugares.

O Desenvolvimento Local é a expressão da necessidade e da capacidade que uma comunidade autônoma tem de se desenvolver. Este desenvolvimento, basicamente, mas não exclusivamente, econômico, só é possibilitado a partir de uma conscientização e motivação dos componentes dessa comunidade.

É um processo e não um fim em si mesmo. É um esforço contínuo por parte dos residentes organizados de uma localidade no sentido de identificar problemas e aspirações, criar e formular estratégias para abordá-los, implementar esses planos e avaliar os resultados, numa lógica de participação, em que a mudança e a renovação se tornem a via de sucesso para essa comunidade.

Por comunidade, entende-se “um movimento que se constrói a partir do local de moradia ou de outras identidades, sejam elas simbólicas, espirituais etc., que afloram e se tornam mais visíveis no processo de globalização.” (PERUZZO, 2002).

Hoje, a denominação comunidade é utilizada para se referir desde a um grupo de pessoas que possuem laços de afinidade, até a um de abrangência mundial (Comunidade Internacional). Acreditava-se, anteriormente, que este termo comunidade estava ultrapassado e não mais atendia às formas de organização da humanidade. Entretanto, este mesmo termo, com uma abordagem nova e mais consolidada, vem demonstrando uma resistência ao seu desuso. As comunidades compõem-se na multiplicidade, na diversidade e não mais se limitam por qualquer dicotomia.

Para se alcançar o desenvolvimento sustentável local se faz necessário que os conceitos aqui abordados possam ser aplicados no plano prático e teórico. Uma comunidade bem organizada e empenhada em concentrar seus esforços na busca incondicional pelo bem comum, certamente crescerá facilmente.

Neste início de século, as mudanças continuam e se intensificam, produzindo seus efeitos nos espaços mais dinâmicos, os quais precisam incrementar mudanças de atitude das pessoas, para que estas tenham capacidade de assimilar conhecimento e realizar práticas ao alcance do desenvolvimento sustentável local. Santos (1986) afirmava: “não podemos oferecer as fórmulas de entendimento do local. Oferecemos um quadro geral de reflexão, a ser feito localmente”.

3.1 Evidenciando através de alguns dados

Inicialmente, apresentamos alguns dados da pesquisa, que subsidiarão a construção do perfil socioeconômico de Ipanguaçu, necessário para a elaboração de um plano de desenvolvimento local. Trata-se de um município rural, o que pode ser evidenciado abaixo. Segundo o IBGE/2007, a população urbana era de 5.100 habitantes e a rural de 8.344.

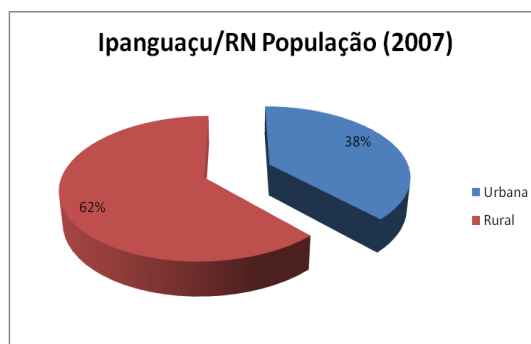


Figura 2 – População de Ipanguaçu/RN (2007)

Em 2008 (IBGE), a população matriculada na educação básica era de apenas 3272 em Ipanguaçu, denotando uma tendência de forte presença de população analfabeta em seu território.

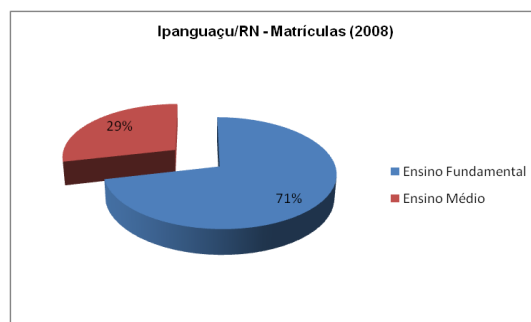


Figura 3 – Matrículas em Ipanguaçu/RN (2008)

Apesar de ser um município rural, a sua riqueza está concentrada no setor de comércio e serviços, o que nos leva a concluir que há uma predominância do circuito inferior da economia terciária.

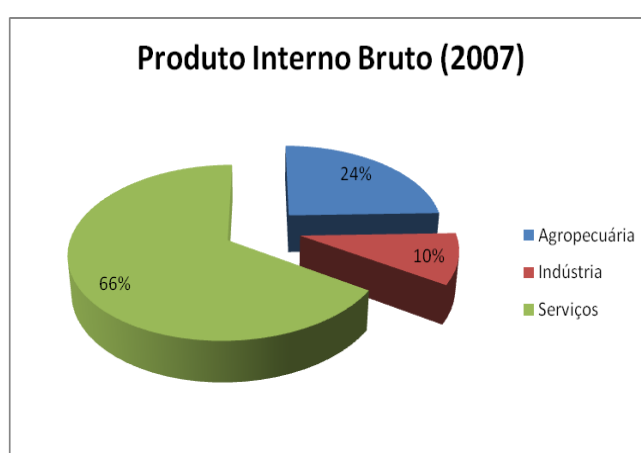


Figura 4 - Produto Interno Bruto de Ipanguaçu/RN (2007)

No que tange a agricultura os dados revelam a forte presença da fruticultura irrigada, com destaque para a bananicultura, um dos focos da nossa pesquisa ao tratarmos da oligopolização da economia agroexportadora e do uso do território agrícola das terras mais férteis de todo o Vale do Açu, localizadas no município de Ipanguaçu.

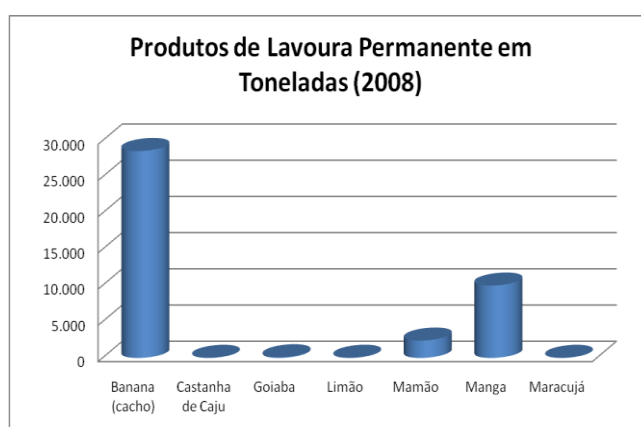


Figura 5 – Produtos de lavoura permanente de lavoura permanente de Ipanguaçu/RN (2008)

Por fim, cabe destacar que a pesquisa está em andamento e que a participação da população, através do trabalho de campo previsto em nosso cronograma contribuirá para melhor desenvolvimento do projeto e construção do plano de desenvolvimento sustentável para Ipanguaçu/RN, a partir do conhecimento local. O trabalho até aqui desenvolvido sugere a importância de aperfeiçoá-lo, sobretudo com a participação dos cidadãos para confirmarmos o pensamento de desenvolvimento.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em Ipanguaçu, o desenvolvimento sustentável tem se tornado cada vez mais distante dos seus moradores, pois a lógica que domina seu território é a da globalização econômica, gerenciada pela maior corporação multinacional, Del Monte Fresh Produce, a qual desenvolve suas atividades ligadas à bananicultura de forma verticalizada. O seu descompromisso socioambiental com os moradores tem dificultado o desenvolvimento local, porém nos tem motivado a estudar estratégias para um real desenvolvimento social.

O processo de globalização, que envolve certa tentativa de universalização do consumo implica dizer homogeneização e nos remete ao entendimento do mundo atual quanto à apropriação social dos lugares e da sua natureza.

Em nível local, com o propósito de fazer valer o exercício da democracia, em escala menor, torna-se possível a superação dos problemas socioeconômicos e ambientais. Este avanço democrático tem colocado o poder local mais próximo dos cidadãos e assegurado aos decisores políticos perceber melhor as suas necessidades e aspirações, as suas dificuldades e anseios, e, sobretudo, tem apontado o caminho para encontrar as melhores soluções para resolver os seus problemas.

No Brasil, o município tem o poder de gerenciar diversas áreas da atuação do Estado, como saúde e educação básica, além de criar as possibilidades de desenvolvimento de políticas ambientais locais, em benefício do seu sistema produtivo, do qual devem ser aproveitadas as potencialidades e a força de trabalho disponível. Assim sendo, “o poder local está no centro do conjunto de transformações que envolvem a descentralização, a desburocratização e a participação” de todos os cidadãos e das comunidades.

REFERÊNCIAS

CADERNOS IPPUR/UFRJ/Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. - ano 1, n.1 (jan./abr. 1986) Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 1986.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

IPANGUAÇU. **Prefeitura municipal**. Disponível em: < <http://www.ipanguacu.rn.gov.br/>> Acesso em: 26 de jun. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Cidades@* Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>> Acesso em: 28 de jun. 2010.

JACOBI, Pedro. **Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade**. Caderno de pesquisa, 2003. n. 118, pg. 189-205.

LEFF, Enrique. **A complexidade ambiental**. Trad. Eliete Wolff. São Paulo: Cortez, 2003.342p.

MILANDO, J. **Cooperação sem Desenvolvimento**. Lisboa: ICS, 2005. in ICS, Coleção Estudos e Investigação, n.º 39.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 2002.

_____. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.151p.

_____. **Ecodesenvolvimento: Crescer sem destruir**. 1993.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6 edição. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **Técnica, Tempo e Espaço:** globalização e meio técnico-científico – informacional. São Paulo: Hucitec, 1994. 145p.

_____. **Da totalidade ao lugar.** 1ª reimpressão. São Paulo: Edusp, 2008.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SATO, M. (Org.); CARVALHO, Isabel (Org.). **Educação Ambiental**-pesquisa e desafios. Porto Alegre: Artmed, 2005. 232 p.